

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_ DE 2020

## (Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Fernando Azevedo e Silva, informações relativas a reuniões com representantes da indústria da defesa.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa, Sr. Fernando Azevedo e Silva, informações relativas a reuniões com representantes da indústria da defesa. Em vista do exposto, solicitamos as seguintes informações:

1. Artigo do site The Intercept Brasil<sup>1</sup> revelou que a maioria de cartuchos vazios encontrados após tiroteios na cidade do Rio de Janeiro é de origem nacional e fabricadas pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). A CBC/Taurus informou que a empresa atua anualmente em cerca de 2.500 processos para identificar o adquirente de munições desviadas ou encontradas em cenas de crimes. Neste sentido, solicito acesso sobre os pedidos feitos pelo Ministério à CBC/Taurus em 2018 e 2019. Favor enviar a listagem dividida por Estado, localidade do crime, se foi desviada ou encontrada na cena do crime, data de produção do lote, data de venda do lote, quantidade total do lote, quantidade por item, quantitativo por calibre do lote (descrição dos tipos de munição que constam no lote) e cliente comprador.
2. Solicitamos os registros dos horários de entrada e saída dos senhores listados abaixo, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e a atual data no presente Ministério, incluindo a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados e o Comando Logístico (COLOG):

<sup>1</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/16/rio-municoes-balas-eua-bosnia-russia-guerra-fria/> [Acesso em: 10/06/2020]

- a. Augusto de Jesus Delgado Jr;
- b. Arnaldo Adasz;
- c. Edson Fagundes Gomes;
- d. Elcio Prado Martins da Costa;
- e. Franco Giaffone;
- f. Hugo de Paula;
- g. Luiz Charbel Boainain;
- h. Marco Aurélio Salvany;
- i. Marcos Resende Ribeiro;
- j. Mathieu Izquierdo;
- k. Misael Antonio de Sousa;
- l. Paulo Humberto Barbosa;
- m. Rafael Mendes de Queiroz;
- n. Rodrigo Modugno;
- o. Salésio Nuhs;
- p. Sérgio Castilho Sgrillo Filho;
- q. Vinícius Meng.

2. Solicitamos os registros dos horários de entrada e saída dos/das representantes das seguintes empresas, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e a presente data, neste Ministério, incluindo a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados e o Comando Logístico (COLOG). Favor indicar o nome dos/das representantes.

- a. Altave;
- b. Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança;
- c. Atech
- d. Arex (Rex FireArms);
- e. Atech;
- f. Avibras;
- g. AmadeoRossiS.A;
- h. Barathrum;
- i. Beretta;



- j. Caracal International;
- k. Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC);
- l. Condor;
- m. CBC/Taurus;
- n. CZ Armas do Brasil;
- o. CZ (*Česká Zbrojovka*);
- p. DelFireArms;
- q. Embraer;
- r. E. R. Amantino;
- s. Glock no Brasil;
- t. Glock;
- u. Iveco;
- v. Mac Jee;
- w. Omnisys;
- x. Ruag;
- y. Smith & Wesson;
- z. SIG Sauer;
- aa. Taurus Armas S.A;
- bb. Outras empresas de armas, munições e defesa.

3. Artigo da Folha de São Paulo de 08 de junho de 2020 destaca que o Exército estaria negociando uma parceria com empresas de armas apoiada pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro. Segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, está sendo negociada uma parceria entre a sucursal americana da marca SIG, de origem suíço-alemã, e a brasileira Imbel. Como está sendo negociada essa parceria? O pedido abrange a íntegra do(s) processo(s) formalmente constituído(s) nesta Pasta para tratar do tema, incluindo notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, possíveis manifestações de outros órgãos e ministérios que opinaram sobre o tema e demais documentos relacionados.
4. De acordo com a legislação brasileira, o Comando do Exército é responsável pela autorização para aquisição e importação de armas de fogo, munições e demais produtos controlados, mediante prévia comunicação. Favor apresentar o quantitativo de autorizações para aquisição de armas de fogo, munições e demais produtos controlados de

1º de janeiro de 2019 até a presente data, por mês, para as seguintes corporações, instituições ou pessoas naturais autorizadas:

- a. Polícia Federal;
- b. Polícia Rodoviária Federal;
- c. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- d. Agência Brasileira de Inteligência;
- e. Departamento Penitenciário Nacional;
- f. Força Nacional de Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- g. Órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- h. Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal;
- i. Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal;
- j. Corpo de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal;
- k. Guardas Municipais;
- l. Integrantes das instituições supracitadas;
- m. Pessoas naturais autorizadas a adquirir arma de fogo, munições ou acessórios, de uso permitido ou restrito;
- n. Pessoas jurídicas credenciadas no Colog para comercializar armas de fogo, munições e produtos controlados.

## JUSTIFICAÇÃO

Desde que assumiu a Presidência da República, o Presidente Jair Bolsonaro editou sete decretos que tratam do porte e da posse de armas e um que versa sobre produtos controlados pelo Exército. Em resposta aos atos normativos de Bolsonaro, parlamentares apresentaram dezenas de projetos de decretos legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, além de ações no âmbito do Poder Judiciário.

Esse apetite pela pauta armamentista é materializado pela constante atuação de lobista da indústria da defesa em diversos órgãos oficiais na Esplanada dos Ministérios. Diante do crescente volume de armas, munições e demais produtos controlados comercializados no

país, é essencial que a população brasileira compreenda a como a atuação desses profissionais se reflete nos atos normativos apresentados pelo Governo, afinal, estamos tratando de uma pauta que afeta a todas e todos: a nossa segurança.

É justamente diante desta preocupação que o Ministério Público Federal abriu investigação para apurar suspeita de interferência em atos de exclusividade do Exército. A ação civil pública pede, em caráter liminar, a declaração de ilegalidade sobre tais revogações, de forma a garantir que os atos normativos tornem a valer. O MPF sustenta que os dispositivos revogados atendem a exigências legais, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, e que a União não deu nenhuma justificativa válida para as revogações.

A PGR-DF quer investigar a ordem do Presidente da República ao Exército de derrubar as três portarias que foram apresentadas sobre rastreamento, fiscalização e controle de armas e munições. A situação é vista como mais uma interferência do Presidente em atos exclusivos de outras pastas, neste caso, do Exército. A iniciativa da PGR-DF pode dar início a uma ação de improbidade administrativa contra Bolsonaro. A procuradora argumenta que *“sob a finalidade de atividades esportivas e de colecionador, em determinadas situações, escondem verdadeiras organizações criminosas que praticam o contrabando de armamentos e munições e abastecem milícias e outras facções criminosas”*. Ela destaca ainda que *“normas de controle, identificação e rastreabilidade não têm o condão de restringir o direito dos importadores e colecionadores do exercício de atividades lícitas, mas estabelecem regras que são plenamente compatíveis com essas atividades”* e conclui: “o Sr. Presidente da República viola a Constituição Federal, na medida em que impede a proteção eficiente de um bem relevante e imprescindível aos cidadãos brasileiros, que é a segurança pública - direito constitucional de natureza fundamental [...] e possibilita mecanismos de fuga às regras de controle de armas e munições”.

Em meio a pandemia provocada pelo novo coronavírus, Bolsonaro solicitou, pelo Twitter, a revogação de 3 portarias do Comando Logístico do Exército, responsável pela pasta. Tais Portarias dispunham sobre regras de maior controle o rastreamento, a identificação e marcação de armas, munições e demais produtos controlados (como explosivos, por exemplo), especificamente no que diz respeito a procedimentos administrativos relativos ao acompanhamento e ao rastreamento de produtos controlados pelo

Exército e o Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército - SisNar (Portaria Nº 46 - COLOG, de 18 DE Março de 2020); dispositivos de segurança, identificação e marcação das armas de fogo fabricadas no país, exportadas ou importadas (Portaria 60); e regulamentava a marcação de embalagens e cartuchos de munição (Portaria 61).

Esse episódio, no mínimo inusitado pela ordem tuitada e ainda cumprida pelo Comandante do Comando Logístico, representa uma situação extremamente grave, que coloca em risco e tem o potencial de agravar a crise de segurança pública vivenciada no país, onde, diuturnamente, organizações criminosas são fortalecidas na sua estrutura operacional, abastecidas por armas e munições, cujas origens são desconhecidas pelo Estado brasileiro.

Ao se recusar a fornecer para a sociedade civil pela Lei de Acesso à Informação dos documentos que embasaram esta decisão aumentam-se as suspeitas de uma motivação não republicana na tomada de decisão, como destacado na matéria do Jornal O Estado de São Paulo.

É neste contexto que apresentamos o presente requerimento de informações. Assim solicitamos o apoio dos Nobres Deputados e Deputadas para que possamos compreender os reais efeitos dessa expansão, até o momento desconhecida, sobre equipamentos que devem ter os mais altos padrões de controle em suas respectivas comercializações.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2020



**Marcelo Freixo**  
PSOL/RJ